

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Volta ao mercado externo	2
Título: Anúncio da estatal faz dólar recuar 0,77%	4
Título: Jovair se queixa de ação de ministros.....	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petrobras capta US\$ 4 bilhões no exterior	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Petrobrás capta US\$ 4 bi no exterior a taxas mais baixas	8
Título: Notas	10
Título: Odebrecht pede fim de ação coletiva nos EUA	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Geradoras estão fechando usinas nucleares nos EUA.....	12
Título: Destaques	14
Título: Vale e BHP querem adiar depósito de R\$ 1,2 bilhão	15
Título: Odebrecht pede reunião com juiz de ação em NY	16
Título: Projetos para cogeração de energia têm queda este ano	17
Título: Usina Caeté deve fechar acordo com credor Santander	19
Título: Petrobras abre mercado de bônus e capta US\$ 4 bilhões.....	20
Título: Cautela predomina em NY com petróleo e Trump	21
Título: STJ avaliará aplicação de arbitragem para caso da ANP	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro, João Sorima Neto e Bruno Rosa****Título: Volta ao mercado externo**

Petrobras faz emissão de US\$ 4 bi. Empresas brasileiras devem captar US\$ 25 bi este ano.

As empresas brasileiras abrem esta semana a temporada de captações de recursos no mercado internacional. A Petrobras, maior emissora do país de títulos de dívida no exterior, anunciou ontem a decisão de fazer uma captação, estimada inicialmente em US\$ 2 bilhões. Segundo uma fonte a par do processo, a estatal obteve cerca de US\$ 4 bilhões com investidores nos Estados Unidos — e a demanda atingiu US\$ 20 bilhões. Já a Fibria, gigante do setor de papel e celulose, encerra hoje a apresentação (road show) de emissão a investidores, sua expectativa é levantar ao menos US\$ 500 milhões. Braskem, Raízen, Fibria, Cemig e Vale, de acordo com fontes de mercado ouvidas pelo GLOBO, são outras companhias que engrossam a fila e já preparam a documentação para aproveitar o momento de alta liquidez e de juros ainda próximos de zero nas principais economias do mundo. Nas contas dos bancos de investimento, o total de recursos levantados no exterior este ano deve ultrapassar os US\$ 25 bilhões.

No ano passado, segundo dados divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), essas captações somaram US\$ 20,25 bilhões, bem mais que o dobro dos US\$ 7,58 bilhões registrados em 2015. Há, portanto, a perspectiva de dois anos seguidos de crescimento das captações externas.

Essas companhias têm em comum o fato de recorrerem com frequência a emissões no exterior e o de desfrutarem de boa avaliação de crédito (rating). A expectativa de recuperação, ainda que lenta, da economia brasileira e a melhora do cenário político também ajudam esse tipo de operação — em 2016, as companhias brasileiras não aproveitaram a tradicional janela do mês de janeiro, e a primeira operação de captação com emissão lá fora, pelo Tesouro Nacional, só ocorreu em março.

CORRIDA PARA EMITIR ANTES DA POSSE DE TRUMP

Dos US\$ 4 bilhões levantados pela Petrobras ontem, metade vence em cinco anos e tem taxa de 6,125% — menos que em emissões de títulos semelhantes feitas no ano passado, de 8,625% (maio) e 7,875% (julho). A outra metade da captação tem vencimento em dez anos e uma taxa de 7,375%, contra 9% e 8,75% nas emissões de maio e julho de 2016, respectivamente. Segundo um

analista do mercado, a maior procura reflete as melhoras nos dados da Petrobras e a condução da nova diretoria, com a venda de ativos e a adoção de uma política de preços.

Com essa emissão, a primeira deste ano, a Petrobras vai recomprar US\$ 2 bilhões em títulos antigos, com vencimento entre 2019 e 2020. Desta forma, pretende prolongar esse vencimento com novos títulos que vencem em cinco e em dez anos. Segundo o comunicado da estatal, a companhia usará o excedente para refinarçar as dívidas a vencer. Coordenaram a operação os bancos Bradesco BBI, Citi, HSBC, Morgan Stanley e Itaú BBA.

Na avaliação de Leandro Miranda, diretor do Bradesco BBI, há uma convergência entre a intenção das empresas brasileiras, de refinarçar dívidas antigas, e o interesse dos investidores, que precisam recompor as suas carteiras. Nos últimos dois anos, o volume de emissões de bônus por empresas brasileiras ficou abaixo da média, o que fez encolher a participação do país nos fundos de renda fixa de América Latina e naqueles dedicados a mercados emergentes.

Além disso, como são esperados pelo menos três aumentos das taxas de juros nos Estados Unidos, o que elevará o custo dessas operações, as empresas brasileiras correm para antecipar as captações. Por isso, a maior parte deve ocorrer no primeiro trimestre. Segundo alguns especialistas, muitas empresas estão se apressando para fechar as emissões ainda antes da posse de Donald Trump, no próximo dia 20, já que a mudança de governo nos EUA pode ocasionar alguma volatilidade nos mercados. Contudo, o feriado de Martin Luther King, na próxima segunda-feira, pode atrasar os planos de algumas companhias.

— Os emissores vão tentar acelerar as emissões e fazê-las o mais cedo possível. É importante combinar um momento de alta liquidez e ainda sem os efeitos da alta de juros nos Estados Unidos. E o melhor momento deve ser aquele com o ambiente político menos turbulento. Esse primeiro trimestre pode ser muito favorável — diz Miranda, que espera que o volume dessas operações no ano fique entre US\$ 25 bilhões e US\$ 30 bilhões.

Cristina Schulman, superintendente executiva de mercado de capitais do Santander, avalia que, como mercado de captações estará aberto durante todo o ano de 2017 (no ano passado, fechou em outubro por causa da eleição nos EUA), o volume de emissões por empresas brasileiras lá fora vai, sim, superar os US\$ 20 bilhões, mas não deve chegar aos US\$ 40 bilhões observados em 2014. O valor exato, diz, vai depender da capacidade de recuperação da economia brasileira, que se refletirá no potencial de financiamento das companhias.

Segundo Cristina, não são só as empresas brasileiras que estão se adiantando nas captações por causa da posse de Trump: companhias da América Latina e dos EUA estão fazendo o mesmo: — A expectativa é que os juros nos Estados Unidos subam este ano, mas o presidente Trump é sempre fonte de notícias, o que pode trazer certa instabilidade aos mercados.

Entre as empresas que devem ir ao mercado está a Raízen, do setor sucroenergético. Em comunicado, a empresa informou que seu road show junto aos investidores lá fora começou ontem, mas que o montante a ser captado ainda não está definido. Fala-se no mercado, contudo, em algo próximo a US\$ 500 milhões.

Outra que está quase pronta para captar lá fora, dizem fontes, é a petroquímica Braskem, que tem como controladores Petrobras e Odebrecht. A empresa iniciou road show na Europa e nos Estados Unidos na última sexta-feira, e a expectativa é que a Braskem levante mais de US\$ 500 milhões para alongar suas dívidas. A companhia tem apenas US\$ 56 milhões em bônus no exterior vencendo este ano, e mais US\$ 38 milhões em 2018.

A petroquímica começou a testar o apetite do mercado após fechar acordos de leniência, em dezembro, junto ao Ministério Público Federal (MPF) brasileiro e às autoridades nos Estados Unidos, pelos quais comprometeu-se a pagar multas de R\$ 3,1 bilhões (US\$ 957 milhões) por causa de propinas. Procurada, a empresa não comentou o assunto.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Juliana Garçon

Título: Anúncio da estatal faz dólar recuar 0,77%

Moeda americana é cotada a R\$ 3,198, e Bovespa fica estável. Papéis da Petrobras caem até 2,1%.

Com o anúncio da emissão da Petrobras e o mercado externo, o dólar comercial recuou 0,77%, ontem, a R\$ 3,198, menor cotação desde 8 de novembro. Na mínima do dia, a divisa tocou R\$ 3,191. Um fluxo moderado de investimentos estrangeiros também influenciou, e a moeda americana acumula queda de 2,5% neste ano. Já a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ficou quase estável, com variação positiva de apenas 0,05%, aos 61.700 pontos. O Ibovespa, índice de referência do mercado, chegou a subir quase 1% durante o dia, puxado pelo setor de mineração.

— Hoje é um dia de agenda vazia e pouca volatilidade. O dólar chegou a se apreciar, mas o anúncio da Petrobras mudou a tendência — explicou Jaime Ferreira Rocha Junior, diretor de câmbio da corretora Intercam. — Como a emissão terá um volume expressivo, trazendo dólares para o país, o dólar é pressionado para baixo.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras chegaram a subir após o anúncio da emissão — que somou US\$ 4 bilhões, valor que só foi revelado após o fechamento do mercado —, mas a tendência mudou, com a desvalorização do petróleo, e os papéis fecharam em queda de 0,97%, a R\$ 17,32. As preferências (PN, sem voto) caíram 2,10%, a R\$ 15,33. O barril do Brent, referência internacional, perdia 4%, a US\$ 54,76, por volta das 20h.

— A emissão de bônus teve um efeito curto no mercado. Não houve fôlego suficiente para compensar a queda do petróleo no mercado externo — disse Alison Correia, da XP Investimentos.

PROJEÇÃO DE JURO MENOR

Favorecida pela alta de 1,94% do minério de ferro, a mineradora Vale subiu 2,11% nos papéis PN, a R\$ 24,62, e 2,04% nos ON, a R\$ 26,50.

Os investidores também estão de olho na reunião do Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central, que começa hoje e anuncia amanhã a taxa básica de juros (Selic) atualmente em 13,75% ao ano. Espera-se um corte de 0,50 ponto, mas, segundo Alvaro Bandeira, economista-chefe do home broker Modal Mais.

Os contratos de juros futuros para janeiro de 2018 ficaram estáveis, a 11,36%. Já para janeiro de 2019, houve recuo de 10,91% para 10,88%. Para janeiro de 2021, a taxa cai de 11,23% para 11,16%.

— Há quem acredite que o BC pode surpreender e cortar 0,75 ponto. Isso acaba animando mercado. As taxas de juros mais longas, para 2021 por exemplo, caem. Então há essa expectativa — explicou Correia, da XP.

No exterior, o Dollar Index Spot, da Bloomberg, que compara a divisa americana a uma cesta de dez moedas, recuou 0,26%.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Política****Autor: Isabel Braga e Junia Gama****Título: Jovair se queixa de ação de ministros**

Para candidato do PTB à presidência da Câmara, governo deve ficar neutro.

-BRASÍLIA- Ao destacar que é preciso paridade na disputa pela presidência da Câmara, o líder do PTB, Jovair Arantes (GO), que lança hoje sua candidatura, reclamou ontem do envolvimento de ministros do governo de Michel Temer na campanha do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Na última quinta-feira, em evento em Recife com a presença de deputados pernambucanos e de outros estados do Nordeste, Maia conseguiu reunir três ministros de diferentes partidos. Jovair deixou clara sua insatisfação e disse que haverá problemas para o governo caso esse envolvimento continue: — Entendo um ministro do partido se posicionar, e até ajudar.

Mas fora disso, fica previsivelmente tendencioso. Não vai dar certo. Joga o candidato no colo do governo — afirmou o líder do PTB que disputa a vaga com Maia na eleição marcada para 2 de fevereiro. Segundo Jovair, em encontro na última quarta-feira, o presidente Michel Temer reafirmou a ele que manteria a neutralidade do governo no processo.

— O presidente Temer me garantiu que o Planalto não tem nenhuma preferência e que vai determinar que ministros não interfiram na eleição — disse Jovair, logo após o encontro com Temer. Na quinta-feira, no entanto, três ministros pernambucanos participaram do almoço com Rodrigo Maia em Recife: Mendonça Filho (Educação), Bruno Araújo (Cidades) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia).

O almoço reuniu quase 30 deputados, a maioria de Pernambuco, mas também de outros estados nordestinos. Segundo alguns dos presentes, os ministros sustentaram que era uma questão de civilidade a presença em encontro onde estava o presidente da Câmara.

ROSSO LANÇA CANDIDATURA

Jovair ligou para ministros nos últimos dias para reclamar da atuação por Maia. Mas no domingo, o ministro do Turismo, Marx Beltrão, esteve em almoço com Maia, em Maceió, do qual também participaram deputados alagoanos, o governador Renan Filho (PMDB) e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Com um discurso de que é preciso sepultar de vez o centrão, dirigentes de alguns dos partidos do grupo que predominou durante a presidência de Eduardo Cunha na Câmara — PP, PR e PSD — articulam apoio à reeleição de Maia (DEM-RJ) à presidência da Câmara. Juntos, esses partidos reúnem cerca de 120 votos.

Mesmo sem o apoio efetivo da cúpula de seu partido, Rogério Rosso (PSD), fez ontem um lançamento virtual de sua candidatura à presidência da Câmara, no Facebook, usando uma camisa da Chapecoense. Em um discurso de quase 40 minutos, defendeu as reformas trabalhista e tributária, mas disse que a da Previdência, prioridade do governo Temer, não será aprovada como chegou à Câmara.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner

Título: Petrobras capta US\$ 4 bilhões no exterior

Em uma estratégia para ganhar mais prazo para pagar suas dívidas, a Petrobras captou US\$ 4 bilhões em emissão de papéis no mercado internacional nesta segunda-feira (9), o dobro do valor planejado pela companhia. Os recursos serão usados para recomprar papéis com vencimento até 2020. Investidores terão até 6 de fevereiro para revender títulos à estatal.

A Folha apurou que havia demanda para US\$ 20 bilhões, sinalizando que a desconfiança dos investidores com as fraudes na Petrobras investigadas pela Operação Lava Jato diminuiu diante das mudanças recentes no comando da companhia. A estatal sofre diversos processos na Justiça americana devido a perdas com corrupção.

A companhia pagará juros de 6,125% para US\$ 2 bilhões em títulos que vencerão em cinco anos. Os outros US\$ 2 bilhões, com vencimento em dez anos, saíram por 7,375%. O preço ficou abaixo do negociado na emissão anterior, em julho de 2016, quando os juros foram de cerca de 8%.

Essa é a terceira vez em cerca de um ano que a estatal emite novos papéis para alongar o prazo de pagamento de suas dívidas.

Em maio, a companhia havia feito uma primeira emissão, retomada em julho. No total, a Petrobras refinanciou quase US\$ 14 bilhões.

No mercado, a percepção é que há demanda por ativos brasileiros, e a Petrobras deve aproveitá-la para realizar outras operações semelhantes nos próximos meses.

A ampliação do prazo de pagamento deve ajudar a companhia a manter dinheiro em caixa em um ambiente em que a queda na demanda por combustíveis no mercado interno e os preços mais baixos do petróleo dificultam a geração de receitas.

Segundo a Moody's, o risco de liquidez (não ter dinheiro em caixa) da Petrobras se reduz com a venda de US\$ 13,6 bilhões em ativos e o prazo maior para honrar dívidas, mas ainda é elevado.

No final de setembro, dado mais recente, a empresa ainda precisaria pagar US\$ 7,9 bilhões em 2017 e US\$ 13,5 bilhões em 2018, de acordo com a Moody's.

Em seu plano de negócios, anunciado em setembro do ano passado, a Petrobras anunciou intenção de vender US\$ 19,5 bilhões em ativos entre 2017 e o próximo ano.

Os investimentos devem cair em um quarto até 2021, e a companhia quer reduzir sua dívida para 2,5 vezes o potencial de geração de caixa (medido pelo Ebitda). Hoje, esse indicador está em 4,07 vezes.

Uma das medidas para melhorar a geração de receitas da companhia foi a criação de uma política de reajuste de preço dos combustíveis. O valor de venda de gasolina e diesel nas refinarias é revisto pelo menos uma vez por mês. Na semana passada, o custo do diesel subiu 6,1%.

Petrobras-..... 3º trimestre de 2016

Prejuízo..... R\$ 16,5 bilhões

ReceitaR\$ 70,4 bilhões

Dívida líquidaR\$ 325,6 bilhões

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães e Aline Bronzati

Título: Petrobrás capta US\$ 4 bi no exterior a taxas mais baixas

Petróleo. Demanda pelos títulos da estatal chegou a US\$ 20 bilhões, o que, para analistas, reflete uma melhora na credibilidade da empresa; recursos devem ser usados pela companhia para recomprar papéis de dívida com vencimento mais curto e taxas mais altas.

A Petrobrás iniciou 2017 provando que o ano poderá ser de virada para a companhia. A petroleira abriu a temporada de captações de recursos no exterior com uma emissão de US\$ 4 bilhões, a um custo mais baixo que o de suas últimas captações, conseguindo se distanciar do estigma deixado pela Operação Lava Jato.

A demanda pelos papéis teria chegado perto de US\$ 20 bilhões, conforme apurou o “Broadcast”, sistema de informações em tempo real do Grupo Estado. Inicialmente, a Petrobrás mirava captar, ao menos, US\$ 2 bilhões, mas acabou elevando o volume diante do custo considerado baixo. A estatal emitiu dois bônus, um com vencimento em cinco anos e outro com dez anos.

Inicialmente, a taxa indicativa para os títulos era de 6,5% e 7,75%, respectivamente, mas foi revisada para 6,125% e 7,375%, diante da alta demanda. Na última emissão feita pela Petrobrás, em julho do ano passado, essas taxas ficaram em 7,875% e 8,750%. Antes disso, em maio, a empresa teve de pagar 8,625% e 9% aos investidores, em uma outra captação.

Em 2015, em um bônus de 100 anos, a estatal pagou uma taxa de 8,45%. “Essa emissão funciona como um recado. A empresa tem hoje muito mais qualidade. Essa captação, a esse custo, foi um marco”, diz uma fonte que acompanhou diretamente a operação.

A fonte ressalta, ainda, que a estatal não elevará seu endividamento com a emissão, visto que deve usar todo o montante para recomprar os bônus com vencimento mais curto. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, disse que a nova captação era esperada.

“A Petrobrás tem uma dívida muito alta, são aguardados esses movimentos de trocar a dívida buscando reduzir o custo”, disse. Para o especialista, apesar da melhora na credibilidade da companhia com a nova gestão, ainda há um longo espaço até a sua recuperação.

“A solução está longe de ocorrer, será quando começar a pagar dívida com a própria operação”, afirma. Pires destaca que a empresa está pagando a conta de investimentos malfeitos. “Isso demanda anos para ser resolvido, o que só ocorrerá se o cenário local e internacional não trouxerem contratempos.”

A agência de classificação de risco Moody’s atribuiu rating B2 e perspectiva estável à emissão externa da Petrobrás. A nota é a mesma da própria empresa, que subiu um degrau no ano passado, mas ainda continua com grau considerado “especulativo” – ou seja, há algum risco em relação à emissão.

A Moody’s enfatizou que, em 2016, o risco de liquidez da estatal recuou, por conta da venda de ativos, que somou US\$ 13,6 bilhões, e a troca de dívidas de

US\$ 10 bilhões no terceiro trimestre. Pondera, contudo, que o risco permanece significativo, visto que o volume de vencimentos em 2017 e 2018 soma US\$ 7,9 bilhões e US\$ 13,5 bilhões, respectivamente.

Próximas. Neste ano, a Petrobrás reabriu mais cedo o mercado de captações externas para empresas brasileiras. Já na segunda semana de janeiro levantou recursos no exterior, ao passo que no ano passado esse movimento, geralmente capitaneado pela estatal, ocorreu apenas em maio.

Provou não só que se distanciou da Lava Jato, muito por conta da nova gestão da empresa, mas também que a conclusão do processo do impeachment no Brasil ajudou a melhorar a visão do País no cenário internacional.

Depois de um ano fechado para captações externas diante do aprofundamento da crise política no Brasil e como reflexo da Lava Jato, as empresas brasileiras levantaram mais de R\$ 69 bilhões em 2016, um salto de 191,5% em relação a 2015, conforme a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Desse total, apenas a Petrobrás foi responsável pela emissão de US\$ 9,750 bilhões ano passado, ou quase metade do que foi captado no ano passado. A emissão da Petrobrás foi coordenada pelo Bradesco BBI, Itaú BBA, Citi, HSBC e Morgan Stanley.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Após Petrobras, Raízen deve emitir títulos no exterior

Depois de a Petrobras reabrir a janela de captação externa para empresas brasileiras, a Raízen deve seguir pelo mesmo caminho. Na fila, ainda estão Rumo Logística, Vale, Cemig, Braskem e o próprio Tesouro. A Fibria iniciou semana passada reuniões com investidores, o chamado roadshow, para sua emissão, mas sem data para a colocação.

Escravo de Jô

Um rodízio feito pela Petrobras na escolha dos bancos deixou de fora o Banco do Brasil da primeira captação externa de uma empresa brasileira em 2017. Em contrapartida, o HSBC, que vendeu sua operação brasileira ao Bradesco, segue marcando presença nas operações de dívida no exterior. Também está na

emissão da Fibria. Além do banco inglês, coordenam a captação da Petrobrás, Bradesco, Itaú BBA, Citi e Morgan Stanley. O BB estava na última emissão feita pela estatal em julho de 2016, enquanto Bradesco e Itaú, não.

Pano pra Manga

Passada meia década de sua alteração, o acordo de acionistas da Usiminas, que exige consenso de seus signatários na hora da tomada de decisão, ainda chama a atenção de agentes de mercado. Uma fonte destaca que o acordo de acionistas era bem visto pela Ternium, sócia da Nippon Steel na Usiminas, quando ela tinha a presidência da companhia.

Mudança

Agora, a Ternium defende a adoção de uma cláusula de saída, que permita que um dos sócios possa comprar a participação do outro, prevalecendo o maior preço. O longa-lenga vivido pela Usiminas é um caso típico de mediação, relata Tomaz Solberg, que intermedia esse tipo de negociação. No entanto, afirma, é necessário que os dois lados queiram resolver o conflito e peçam ajuda.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Odebrecht pede fim de ação coletiva nos EUA

Nota

Em novo documento enviado ao Tribunal de Nova York, a Odebrecht voltou a negar a participação em um esquema de corrupção na Braskem investigado pela Polícia Federal e afirmou não ser responsável pela divulgação de comunicados “falsos e enganosos”. A construtora pede o fim da ação coletiva aberta por investidores contra as duas empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Russell Gold e Cassandra Sweet****Título: Geradoras estão fechando usinas nucleares nos EUA**

Geradoras de eletricidade estão fechando usinas nucleares americanas a um ritmo rápido devido à concorrência de fontes mais baratas e a pressões políticas.

A usina de Indian Point, em Nova York, cerca de 35 km ao norte de Manhattan, uma das principais fontes de energia da cidade e seus subúrbios, é a vítima mais recente. Sua controladora, a Entergy, informou ontem que fechará as instalações como parte de um acordo com o Estado de Nova York, cujo governador, Andrew Cuomo, há muito tempo critica a usina como sendo uma ameaça à segurança.

Isso elevará para quatro o número de usinas a serem fechadas até 2025, entre elas a PG&E, a usina de Diablo Canyon, na Califórnia, e a Palisades, da Entergy, em Michigan. Quatro outras já foram fechadas nos últimos quatro anos, entre elas a usina Kewaunee, da Dominion Resources, no Wisconsin.

Com isso, restarão 61 usinas nucleares em funcionamento nos EUA até meados da próxima década. Esse número inclui duas usinas que estão construindo novos reatores. Um pequeno número de usinas nucleares foram fechadas, no passado, devido a preocupações de segurança ou à necessidade de reparos caros. A novidade, agora, é o número de usinas fechadas que foram licenciadas e estão em condição operacional, mas que não são mais lucrativas.

Usinas nucleares em toda parte estão enfrentando um poderoso inimigo econômico: o fracking. Essa técnica de extração liberou grandes quantidades de gás natural, tornando a geração de eletricidade a partir desse combustível muito mais barata, o que baixou os preços da energia nos EUA.

A Entergy citou a concorrência do gás natural como um fator-chave no fechamento da Indian Point, revelando que vai contabilizar um encargo de depreciação de US\$ 2,4 bilhões antes dos impostos, referente ao fechamento da usina.

"Os preços baixos recordes do gás, devido principalmente à oferta proveniente da formação Marcellus Shale, reduziram os preços de energia em cerca de 45%, ou cerca de US\$ 36 por megawatt-hora, nos últimos 10 anos, a um mínimo recorde", disse Bill Mohl, presidente da Entergy Wholesale Commodities. Isso

reduziu em cerca de US\$ 160 milhões as receitas anuais de usinas de eletricidade como Indian Point, acrescentou ele.

Apesar de ter tomado a decisão de fechar a operação, Mohl se disse preocupado com o fato de que se o país perder muitas centrais nucleares. O resultado poderá ser uma dependência excessiva em relação ao gás natural. "Sabemos que, no que diz respeito ao gás natural, em algum momento haverá movimentos de preços", disse ele.

As usinas nucleares geraram 20% da eletricidade nos EUA nos últimos 12 meses, atrás do gás natural, com 35%, e do carvão, com 30%, segundo dados oficiais. As contribuições remanescentes foram a energia hídrica, com participação de 7%, eólica, com 6%, e energia solar, com 1%.

A crescente inviabilidade econômica da energia nuclear levou operadores de usinas nucleares em Nova York, Illinois e em outros lugares a reivindicar novos subsídios estatais para manter as usinas operando. Os donos das usinas argumentam que eles criam empregos altamente remunerados nas áreas rurais e são instrumentos cruciais para combater a poluição do ar e as mudanças climáticas.

Legisladores de Connecticut, Ohio e Pensilvânia terão de enfrentar decisões difíceis nos próximos dois anos: aprovar aumentos de tarifas ou outras mudanças para sanar as finanças das usinas nucleares ou preparar-se para fechá-las.

Kristine Hartman, que monitora a legislação do setor energético para a Conferência Nacional de Legislaturas Estaduais, diz acreditar que Arizona, Nova Jersey e Novo México avaliarão modificações nas leis de incentivo ao aproveitamento do vento e da energia solar de modo a incluir a energia nuclear como fonte não emissora de gases que causam o efeito estufa.

Sem mais apoio, "continuaremos a ver usinas ameaçadas de fechamento", diz Maria Korsnick, diretora do Instituto de Energia Nuclear, grupo de lobby do setor.

Uma análise feita pela US Energy Information Administration evidenciou que, quando usinas nucleares são fechadas, os Estados ampliam seu uso de gás natural e carvão para gerar eletricidade.

Jessica Lovering, diretora do programa de energia no Breakthrough Institute, um think tank ambiental, disse que uma usina de eletricidade a gás moderna pode ter apenas uma dúzia de funcionários, ao passo que as usinas nucleares necessitam mais de mil.

Mas esses grandes contingentes de funcionários estão sendo um ponto de debate político, pois os proprietários das usinas argumentam que as centrais nucleares têm grande importância econômica nas áreas rurais. Todas as cinco usinas nucleares que estão recebendo novos subsídios em Illinois e Nova York estão em áreas rurais.

"Sou favorável à eletricidade de geração nuclear, mas não sou a favor de socorrer as usinas nucleares", disse Jeanne Ives, deputada republicana de Wheaton, Illinois.

Os novos subsídios também irritaram produtores de energia independentes, que afirmam que as operadoras nucleares estão recebendo uma vantagem injusta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério sobe na China

O minério de ferro continuou a demonstrar sua resistência ontem em níveis acima de US\$ 75 em meio a expectativas de excesso de oferta e a um estímulo do governo chinês. Os preços do produto com teor de 62% de ferro subiram 1,9% no porto de Qingdao, na China, cotado a US\$ 77,73 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Apesar da alta, a commodity entra na segunda semana do ano com queda de 1,5% no acumulado de 2017. A maioria dos bancos consultados pelo Valora guarda média de US\$ 55 para o ano.

Petrobras e FNP

A Petrobras retomou as negociações salariais com os petroleiros, mas segue sem chegar a um acordo com a categoria sobre o acordo coletivo. Na sexta-feira, a estatal se reuniu com representantes da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e manteve sua última proposta: de reajuste 6% retroativo a setembro e de mais 2,8% a partir de fevereiro. A FNP, que reúne cinco sindicatos, já informou que não aceitará uma "proposta rebaixada" e ratificou que manterá as mobilizações previstas em todas as bases ao longo desta semana. O acordo coletivo da categoria tem sido negociado desde setembro de 2016. Os petroleiros pedem reposição da inflação e aumento real nos salários e rejeitam a proposta da empresa de instituir uma redução opcional da jornada de trabalho, em 25%, com redução proporcional no salário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes****Título: Vale e BHP querem adiar depósito de R\$ 1,2 bilhão**

A Samarco e suas sócias - Vale e BHP Billiton - apresentaram ontem petição conjunta para prorrogar para 19 de janeiro o prazo para efetuar depósito de R\$ 1,2 bilhão exigido pela Justiça Federal de Minas Gerais. O depósito se insere dentro da ação civil pública ajuizada pela União e os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais com o objetivo de recuperar e reparar os danos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, no complexo minerário de Germano, em Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015.

O prazo para depósito do valor vencia ontem, segundo pessoas próximas das discussões. A Vale informou: "Em complemento aos fatos relevantes de 11 de novembro de 2016 e de 12 de dezembro de 2016, relacionados à decisão do juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte que determinou, entre outras medidas, o depósito de R\$ 1,2 bilhão pela Samarco e suas sócias, a Vale informa que as partes estão em tratativas e apresentaram hoje [ontem] petição conjunta para prorrogação do prazo de prestação da garantia para o dia 19.01.2017."

Em novembro do ano passado, no âmbito da ação civil pública em trâmite na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, ajuizada contra Samarco, Vale e BHP, o juízo deu 30 dias para que as empresas efetuassem a complementação de depósito no valor de R\$ 1,2 bilhão com o objetivo de "acautelar" futuras medidas reparatórias. A decisão deu prazo de 90 dias para que Vale e BHP comprovassem que os vazamentos de rejeitos de Fundão tinham sido estancados.

Em 12 de dezembro, a Vale informou que a Justiça havia concedido prorrogação, por 30 dias, para que fosse efetuada a complementação do depósito. Agora houve novo pedido de prorrogação, para 19 de janeiro.

O Valor apurou que o entendimento das empresas é que o acordo celebrado com a União e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em março do ano passado, visando à restauração do ambiente e das comunidades afetadas pela ruptura da barragem da Samarco, se sobrepõe às cobranças que vem sendo feitas na Justiça. Embora o acordo continue válido, a sua homologação judicial está suspensa por decisão da Justiça.

A Fundação Renova, criada para implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pela barragem

de Fundão, prevê um valor provável de R\$ 11 bilhões até 2030 em diferentes iniciativas. Procuradas BHP, Justiça Federal de Minas e Advocacia Geral da União (AGU) não falaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Odebrecht pede reunião com juiz de ação em NY

A Odebrecht requisitou uma audiência presencial na Justiça dos Estados Unidos para rebater as acusações da ação coletiva movida por investidores contra a Braskem, em sua última tentativa de não se tornar ré no processo.

O processo representa todos aqueles que negociaram ADRs (recibos de ações) da Braskem na Bolsa de Nova York entre junho de 2010 e março de 2015. A Odebrecht foi incluída em meados do ano passado à lista de réus, devido ao seu papel como controladora da petroquímica.

Estão ainda pendentes os pedidos de indeferimento de todas as acusações apresentados pelas defesas da Braskem e da Odebrecht. Na sexta-feira, a empreiteira apresentou seu último documento pedindo novamente que o caso seja arquivado. Além disso, os advogados da empresa solicitaram ao juiz Paul Engelmayer, do Tribunal do Distrito Sul de Nova York, uma audiência presencial para que possam sustentar essa defesa.

O que ainda separa Odebrecht e Braskem de um acordo para encerrar as acusações da ação coletiva é a decisão do juiz. A única saída das empresas é que ele aceite o pedido de indeferimento e archive o processo.

Caso contrário, as empresas devem negociar algum tipo de indenização em um acordo, à exemplo do que já fez nos acordos de leniência fechados no exterior - nos Estados Unidos, Odebrecht e Braskem fecharam acordos do tipo com o Departamento de Justiça (DoJ) e a petroquímica também se acertou com a Securities and Exchange Commission (SEC, regulador do mercado americano).

No documento ajuizado na sexta-feira, os advogados da Odebrecht voltaram a questionar a jurisdição do tribunal para acrescentar a empresa à lista de réus.

Uma das justificativas dos investidores para inclui a empreiteira como ré na ação foi que executivos da Braskem, nomeados pela Odebrecht, teriam sido responsáveis pelos documentos enganosos publicados ao mercado. Eles lembram, por exemplo, que o ex-presidente da empreiteira, Marcelo

Odebrecht, era presidente do conselho da petroquímica até ser preso e assinou esses comunicados.

"Os diretores da Braskem - inclusive Marcelo Odebrecht - devem ser vistos como agindo apenas na capacidade de diretores da Braskem quando assinaram esses comunicados", diz a defesa da empresa. Segundo os advogados, mesmo sendo diretores da Odebrecht, eles estavam agindo na condição de funcionários da Braskem nessas ocasiões, e não da companhia controladora, não podendo ser responsabilizados como tal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Projetos para cogeração de energia têm queda este ano

O setor sucroalcooleiro elevará neste ano sua capacidade de cogeração de energia elétrica, mas a um ritmo menor do que no passado, refletindo a falta de leilões direcionados para atrair o segmento nos últimos anos, segundo representantes do setor.

Para este ano, está prevista a entrada em operação de oito unidades de cogeração de energia a partir de biomassa, acrescentando ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 450 megawatt (MW), segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No ano passado, 25 projetos de biomassa começaram a operar e acrescentaram à capacidade instalada 1,2 gigawatt (GW) - quase três vezes mais do que deve ser adicionado neste ano. Segundo a CCEE, a maior parte dos projetos nos dois anos são de biomassa a partir de cana.

Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE, afirma que é comum ocorrerem oscilações entre um ano e outro e que não houve leilões recentemente prevendo início de entrega de energia neste ano. Zilmar de Souza, gerente de bioeletricidade da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), afirma, contudo, que a falta de leilões para estimular a geração a partir de biomassa tem sido estrutural nos últimos anos.

No ano passado, seis projetos de cogeração a partir de biomassa venceram em leilão (todos no leilão A-5, ocorrido em abril), dos quais quatro a partir do bagaço da cana. Foi mais do que em 2015 - quando três projetos foram vencedores -, mas aquém do que o setor já conseguiu no passado, como em 2008, quando 31 projetos venceram leilões.

"Para quem já vendeu mais de 30 projetos e construiu uma cadeia para isso, realmente tem sido um sinal errático ruim", avalia Souza, da Unica. Depois de 2008, o ano em que houve mais projetos de cogeração a partir de biomassa que venceram leilões foi em 2011, com 12 projetos.

Além disso, o cancelamento de dois leilões de energia no ano passado por causa da situação de sobrecontratação das distribuidoras, embora fossem direcionados a outras fontes, também gerou incertezas no setor sucroalcooleiro. "O que se avizinha é preocupação se vai ter leilão em 2017 para viabilizar novos investimentos. E, se tiver, temos preocupação se a biomassa vai ser convidada a participar", acrescenta o gerente da Unica.

A contratação de projetos no ambiente regulado costuma ser a forma mais segura de incentivar aportes em cogeração, embora o mercado livre tenha crescido em importância para o segmento.

A migração de muitos consumidores de energia do ambiente regulado ao mercado livre, que disparou no ano passado, tem sustentado a demanda pela energia gerada pelas usinas sucroalcooleiras, segundo Altieri, já que as energias incentivadas (limpas) têm desconto.

Segundo a CCEE, a quantidade de consumidores que migrou para o mercado livre em 2016 mais do que duplicou, alcançando 4.062 no fim do ano, dos quais 3.250 foram de consumidores especiais, que obrigatoriamente tem de comprar energia limpa. Há ainda 1.121 processos em aberto de migração e que podem se concretizar neste ano, sendo 1.044 de consumidores especiais.

O mercado livre já representa a maior parte do destino da energia cogerada nas usinas. Segundo dado da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), 64% da energia cogerada a partir de biomassas como um todo são negociadas no mercado livre.

Para que essa nova demanda ofereça segurança para as usinas investirem em cogeração, Souza defende o fortalecimento de contratos de longo prazo no mercado livre. Afinal, intempéries climáticas que afetam a safra e alterações no consumo geram volatilidade na remuneração da energia.

A atual safra elevada de cana garantiu às usinas uma geração de 21,4 mil gigawatts-hora (GWh) até 26 de dezembro, superando o total de 2015.

Para este ano, o aumento da capacidade instalada nas usinas deve favorecer um novo avanço na cogeração a partir da bagaço de cana, mas a entrega dependerá do clima e da safra, que segundo as previsões do mercado será menor do que a atual.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Usina Caeté deve fechar acordo com credor Santander**

A Usina Caeté, do Grupo Carlos Lyra, e um dos principais grupos sucroalcooleiros do Nordeste, está prestes a fechar um acordo com seu credor Santander, que prevê a antecipação do recebimento de R\$ 200 milhões do banco em troca de contratos futuros de exportação com a trading Toyota, segundo fonte que acompanha o assunto.

O montante equivale a 60% do valor do compromissos que a usina Caeté tem com a trading relativos a contratos de exportação de açúcar ao longo de seis safras.

Na prática, o Santander passa a ser o beneficiário desses contratos, recebendo pelo açúcar que a Caeté entregar para a Toyota. Com isso, a Caeté embolsa à vista, com desconto, um valor que só receberia ao longo das próximas seis temporadas. Procurado, o Santander disse que não comentaria o assunto. O objetivo da operação é evitar que a Caeté tenha de pedir recuperação judicial.

O acordo depende agora da negociação da Caeté com outros credores, principalmente debenturistas, além do banco de fomento latino-americano CAF, e que têm a receber cerca de R\$ 600 milhões da companhia. A expectativa é que a reestruturação dessa parcela de créditos ocorra até o fim deste mês.

A princípio, o acordo com o Santander não prevê garantias - ou seja, se a Caeté não entregar o açúcar comprometido para a Toyota, o banco assumirá o risco. Isso ainda está em negociação, mas segundo a mesma fonte, não é condição para o acordo ser assinado.

No total, a dívida da Caeté, dona de três usinas em Alagoas e uma em São Paulo, supera R\$ 1 bilhão. A empresa também tem dívida com Credit Suisse, com a gestora americana Amerra, o HSBC, Banco do Brasil e Bradesco. Em 2016 a companhia entrou em calote, conforme classificação da Standard & Poor's (S&P), após deixar de pagar os vencimentos de juros e principal de sua dívida.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Alessandra Bellotto****Título: Petrobras abre mercado de bônus e capta US\$ 4 bilhões**

Com demanda próxima de US\$ 20 bilhões, a emissão externa da Petrobras confirmou a expectativa de bancos de investimento de um início de ano aquecido. Assim como no ano passado, a companhia abriu o mercado de dívida global para emissores corporativos brasileiros, só que desta vez logo nos primeiros dias de 2017. A oferta total alcançou US\$ 4 bilhões em títulos com prazos de cinco e dez anos.

Para antes do fim da semana, é esperado o fechamento de pelo menos mais duas emissões de bônus, de Fibria e Raízen. Ambas participam de uma sequência de encontros com investidores nos Estados Unidos e Europa para potencial emissão de cerca de US\$ 500 milhões cada em títulos de dívida de dez anos. O "roadshow" da Fibria termina hoje e o de Raízen, na quarta-feira.

Estimativas do mercado apontam para pelo menos mais três a quatro outras operações, como parte de um movimento de emissores para aproveitar as taxas atraentes e se antecipar a uma possível piora do cenário a partir da posse do presidente americano eleito, Donald Trump, marcada para o dia 20. Entre outros nomes que começam a avaliar a possibilidade de fazer uma emissão, segundo fontes do mercado, estão Braskem, que já confirmou que está estudando uma captação internacional, além de Vale, Embraer e Cemig.

A própria Petrobras já vinha se preparando para a captação externa desde o fim do ano passado, segundo fontes do mercado, tendo contratado, inclusive, os bancos. Mas teria optado por segurar a operação após a piora dos mercados com a vitória surpreendente de Trump. Vale destacar que o prêmio de risco do Brasil medido pelos contratos de "credit default swap" (CDS, na sigla em inglês) de cinco anos voltou aos níveis pré-eleição americana. Ontem, segundo a consultoria Markit, era negociado perto dos 260 pontos-base, patamar do início de setembro de 2016.

Dos recursos totais levantados por Petrobras na operação - coordenada por Bradesco BBI, Citi, HSBC, Itaú BBA e Morgan Stanley -, US\$ 2 bilhões foram direcionados para a tranche de cinco anos, conforme expectativa inicial. Com a forte demanda, a companhia reduziu a taxa dos 6,5% estimados inicialmente para 6,125% ao ano.

Já a série de dez anos, cuja oferta preliminar apontava para um volume inicial de US\$ 1 bilhão, ficou com os outros US\$ 2 bilhões. O rendimento foi reduzido dos 7,75% iniciais para 7,375% ao ano.

No mercado secundário, os bônus com vencimentos mais próximos operaram sem tendência definida. Perto do fechamento, os títulos emitidos no ano passado para 2021 (a cerca de quatro anos do vencimento) eram negociados perto da estabilidade, com leve queda de 0,03%, a 109,79% do valor de face, o equivalente a um rendimento de 5,8%. Na emissão original, os títulos saíram com "yield" de 8,62% e cupom de 8,375% ao ano, a 99% do valor de face.

Já os títulos de 2026 (com prazo médio hoje de nove anos) registravam alta de 0,57%, a 111,09% do valor de face, o correspondente a um rendimento de 7,1% ao ano. No lançamento, em maio de 2016, esses papéis foram emitidos com yield de 9% e cupom de 8,75% ao ano, a 98,37% do valor de face.

Parte dos recursos da nova emissão será usada para financiar uma operação de recompra de bônus denominados em dólar e euro com vencimentos em 2019 e 2020, podendo chegar a US\$ 2 bilhões.

Entre as emissões para 2019, a Petrobras busca recomprar títulos em dólar com vencimento em janeiro e cupom de 3%, papéis com taxa flutuante e vencimento no mesmo mês, títulos com taxa de 7,875% e vencimento em março, além de papéis denominados em euro com taxa de 3,25% e prazo em abril. Entre os papéis para 2020, estão três tranches, uma com taxa de 5,75% e prazo em janeiro, outra com taxa de 4,875% e prazo em março e uma com taxa flutuante e prazo em março.

A oferta de recompra vai até 6 de fevereiro. Os investidores que aderirem até 23 de janeiro, contudo, terão direito a um prêmio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Cautela predomina em NY com petróleo e Trump

A semana promete ser quente e reunirá coletiva do presidente eleito dos EUA, Donald Trump, primeira aparição do ano da presidente do Federal Reserve, Janet Yellen, decisão de política monetária do Banco da Inglaterra e início da temporada de balanços nos EUA. O conjunto de eventos foi mais que suficiente para manter os mercados ontem em modo de cautela.

Com exceção do petróleo, que perdeu quase 4%, os ativos expressaram essa corrente de incertezas. Nas bolsas de Nova York, o Dow Jones encerrou com queda de 0,38% aos 19.887,38 pontos, e adiou um pouco a perspectiva de superar os 20 mil pontos. O S&P 500 recuou 0,35% para 2.268,90 pontos. O Nasdaq, porém, destoou e subiu 0,19% a 5.531,81 pontos, em nova máxima histórica, a terceira do ano.

O clima precavido começou a tomar corpo no domingo. Uma entrevista da primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, acordou os fantasmas de um Brexit mais duro, que voltaram a assombrar a libra. A mandatária sinalizou a uma rede de TV que vai priorizar o controle sobre imigração.

Outro fator que inspirou cautela foi a expectativa para o início da temporada de balanços. Os resultados começam a ser divulgados nesta semana. O sentimento de menor apetite ao risco se alimentou das expectativas antes da primeira coletiva de Donald Trump, como presidente eleito dos EUA, marcada para a quarta, em Nova York, ainda sem horário definido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Beatriz Olivon

Título: STJ avaliará aplicação de arbitragem para caso da ANP

Uma discussão relevante para a arbitragem pode ser julgada este ano pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte decidirá se cabe à Justiça ou à arbitragem decidir conflito bilionário que envolve a Petrobras, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Estado do Espírito Santo. O pano de fundo do conflito é a cobrança pela agência reguladora de uma participação especial da companhia na exploração de óleo e gás nos campos do Parque das Baleias no Espírito Santo.

Em 2014, o órgão passou a considerar que os campos do parque são interligados, o que geraria o pagamento dessa participação especial. Por não concordar com a mudança, a Petrobras buscou a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) para julgar a disputa. Antes, porém, de ser instaurada a demanda entrou com uma ação na Justiça federal para afastar a cobrança de R\$ 2,09 bilhões (valores da época). Uma liminar foi concedida em primeira instância e cassada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região.

A partir de então, a ANP passou a cobrar o montante da Petrobras, mais penalidade de 50% sobre o débito caso o pagamento não fosse efetuado até abril de 2015.

A petrolífera levou o assunto para o STJ, por meio do chamado conflito de competência. Em 2015, o relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, concedeu liminar que suspendeu a cobrança pela ANP. Além disso, pela medida, ele reconheceu a competência da CCI para julgar a questão. Também suspendeu as ações judiciais e procedimentos administrativos relativos ao tema e admitiu o Espírito Santo como parte interessada no processo.

Tanto o Estado quanto a ANP propuseram na Justiça medida cautelar para suspender a tramitação da arbitragem instaurada pela Petrobras. O Espírito Santo tem interesse na demanda porque é remunerado pela exploração das jazidas localizadas em seu território.

A questão está na 1ª Seção da Corte, que iniciou o julgamento na última sessão do ano passado. O processo, porém, está suspenso por um pedido de vista da ministra Regina Helena Costa. Por enquanto, apenas Napoleão votou. Apesar da liminar favorável à arbitragem, na sessão o ministro mudou de entendimento e votou pela competência da Justiça Federal.

A ANP afirma que a discussão não trata de cláusulas contratuais, mas do seu poder de fiscalização. Pela Lei de Arbitragem, somente direitos patrimoniais disponíveis podem ser solucionados pelo mecanismo. "ANP não se opõe à arbitragem (inclusive já participou de várias sem contestar sua validade), e sim a que o conflito específico seja decidido por um tribunal arbitral, pois entende que se está a discutir questão que não diz respeito a direito patrimonial disponível", afirma em nota.

Já a Petrobras informou que iniciou o procedimento arbitral com fundamento na previsão do contrato de concessão, redigido pela própria ANP, de que os conflitos com a agência serão resolvidos pela via arbitral.

"A arbitragem é a via de solução de conflitos adotada em todo o mundo pela indústria petrolífera. Isto significa dizer que se encontra em jogo no STJ não apenas um tema de interesse da Petrobras, mas a própria noção de segurança jurídica", afirmou a empresa por nota.

Para a professora e advogada Selma Lemes o caso é paradigmático. Segundo ela, o conflito não deveria nem ter sido admitido, pois há precedente de 2013 do próprio STJ, da 2ª Seção, que conhece um conflito semelhante (entre Justiça federal e corte arbitral) e determina o julgamento na arbitragem.

"Havendo dúvida sobre a competência do tribunal arbitral, quem tem que resolver é o próprio juízo arbitral", diz. Por isso, a especialista defende que, independentemente de o STJ ser favorável à arbitragem, o simples fato de conhecer o conflito de competência já é um prejuízo para o instituto.

Da mesma forma entende o especialista Roberto Pasqualin, sócio sênior da área de arbitragem e mediação do escritório PLKC Advogados. Para ele, cabe ao tribunal arbitral decidir a disputa. "Muito mais do que o mérito em si de pagar ou não, está em discussão a própria arbitragem no Brasil", afirma.

Em razão da disputa, o Espírito Santo afirma já ter deixado de receber R\$ 4 bilhões referentes à diferença de pagamento da participação especial cobrada pela ANP. Segundo Cláudio Madureira, procurador do Estado, há uma decisão arbitral que determina o pagamento pela Petrobras, mas o julgamento não tem efeitos enquanto o STJ não julgar o conflito de competência. "Se o STJ decidir pela arbitragem, o Estado não poderá participar da ação, e a decisão pode prejudicá-lo", afirma Madureira. Além do Estado, a União e municípios do entorno estariam recebendo repasses inferiores, segundo o procurador.

De acordo com ele, ao contrário do que dizem especialistas, o julgamento do STJ não representa perigo para a arbitragem uma vez que se trata de regulação. Para o procurador, seria necessário fazer o "distinguishing", ou a distinção de um caso específico que tem particularidades de um "leading case". "Além de tratar de regulação e não de execução de contrato, outra peculiaridade é deixar de fora o Estado, caso decida-se pela arbitragem", diz.

A ANP também afirma que uma parte dos recursos pertence a Estados e municípios, que têm o direito de participar do processo judicial que pode alterar esses valores, o que não seria possível na arbitragem.

Pela importância do tema, o Instituto Brasileiro de Petróleo também ingressou no processo no STJ, representado pelo escritório Machado Meyer Advogados.

MME / ASCOM